

OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O TURISMO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIETAIS NA PRAIA DE GENIPABU - RIO GRANDE DO NORTE

Patrícia Santos FAGUNDES

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Av. Boa Sorte, 116, Nossa Senhora da Apresentação, Natal - RN, e-mail: patriciafagundes@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta fazer uma análise das transformações espaciais na praia de Genipabu-RN, causada através do crescimento do turismo, e elencar os impactos socioambientais que estas transformações causaram neste local. Essa praia foi escolhida devido as constantes e rápidas transformações que vem acontecendo, como aumento do turismo no litoral norte do Rio Grande do Norte, construção de obras que possibilitam uma maior acessibilidade às praias nesse local, além das futuras implementação de infra-estrutura principalmente na praia de Genipabu, a qual é o objeto de estudo neste trabalho. Também foi alvo de estudo porque encontra-se localizada em Área de Proteção Ambiental (APA), ou seja, é uma Unidade de Uso Sustentável. Diante disto surgem algumas perguntas como: já existe atividade turística nesta área? Qual a situação do turismo na praia de Genipabu? Já existem casas de segunda residência? Por que se esta tendo um grande investimento tanto neste local? Qual o principal intuito dessas obras de infra-estrutura? Quais os impactos sociais e ambientais que esta área vem sofrendo? Para se responder a tais questionamento foi realizado um levantamento bibliográfico, pesquisa de dados históricos do local proposto, utilização de registro fotográfico e realização de entrevista com moradores, empreendedores, autoridades locais e órgãos públicos, bem como pesquisa *in loco*. Com este trabalho é possível ter como principais conclusões as mudanças que ocorreram, estão ocorrendo e principalmente que estão por acontecer nesse espaço, além dos impactos ambientais que esse crescimento do turismo pode causar ao local, já que a praia de Genipabu esta inserida em uma APA.

Palavras-chave: espaço, transformações, socioambiental.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma parte da economia que muito vem crescendo em todo o mundo. Pessoas são atraídas pelas belezas locais, sejam elas naturais ou construídas pelo próprio homem. Essa atividade tem contribuído para a transformação de diversos espaços, e não apenas no âmbito físico, mas também na sociedade local.

Em Natal – Rio Grande do Norte esse turismo começou a cerca de dez anos, um pouco depois dos outros estados do Nordeste, assim como nos demais estados dessa região os turistas são atraídos pelas belezas naturais como as belas praias, o clima, já que faz sol quase o ano inteiro, locais de preservação ambiental e outros.

No entanto as praias mais exploradas do estado do Rio Grande do Norte estão localizadas na região sul, que hoje em dia encontra-se saturadas devido ao número muito grande de turistas e a quase total ocupação de suas áreas. Apenas recentemente o litoral norte do estado começa a ser visto como um local em potencial para a exploração do turismo, principalmente porque são praias quase desertas, com poucas casas, sendo a maior parte de segunda moradia. Na praia de Genipabu esse turismo encontra-se em constante crescimento devido as suas belas praias, dunas em constante movimento, lagoa e dromedários, além dos bugueiros que proporciona um lindo passeio pelas dunas do local.

Algumas melhorias na infra-estrutura já foram feitas para se melhorar o fluxo do turismo no litoral norte como, por exemplo, a construção da ponte Nilton Navarro, além disso existem propostas de melhorias, como em Genipabu, onde pretende-se construir um calçadão a beira mar, construir uma praça e uma galeria onde abrigará lojas de artesanatos, produtos locais, bares e restaurantes.

Em virtude desse crescimento do turismo e de propostas de melhorias na infra-estrutura, é possível notar a crescente procura por casas e terrenos na praia de Genipabu, bem como a elevação de seus preços. Várias casas e terrenos têm sido comprados por grupos imobiliários, a maioria deles composto por estrangeiros que geralmente adquirem esses terrenos esperando a chegada dessa infra-estrutura para finalmente construir e vender a um preço bem mais alto, tão alto que apenas os estrangeiros ou a população mais abastada poderiam comprar. Esses grupos já investiram cerca de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) apenas nessa praia.

Em razão desses processos expostos acima, fica clara as mudanças que ocorreram, estão ocorrendo e principalmente irão ocorrer nesse espaço que se pretende estudar. Além dos impactos ambientais que toda essa proposta de infra-estrutura pode causar ao local, já que a praia de Genipabu esta inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA), ou seja, unidade de conservação e de uso sustentável, existe também os impactos que possivelmente ocorrerão se houver um crescimento desordenado nesse local, como por exemplo a falta de saneamento básico, a poluição da praia e outros, além da questão social com as transformações na vida das pessoas que aí habitam.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DE GENIPABU

O Parque Turístico Ecológico Dunas de Genipabu (ou Jenipabu) se refere a uma praia, um grande complexo de dunas, uma lagoa e uma área de proteção ambiental (APA), localizada no município de Extremoz, a vinte quilômetros do centro de Natal, capital do Rio Grande do Norte, sendo um dos mais famosos cartões-postais do estado brasileiro do RN. As terras que hoje formam o município de Extremoz, no passado tinham outros habitantes: os índios Tupis e Paiacus que viviam as margens da Lagoa de Guajirú atualmente conhecida como lagoa de Extremoz. Em 1607, século XVII, o governo português na pessoa do seu capitão-mor Jerônimo de Albuquerque concedeu aos jesuítas a terra utilizada pela missão. Responsáveis pela catequese dos índios, os jesuítas estabeleceram a missão em Guajirú, construíram a igreja de São Miguel e a partir de então a sociedade tribal sofreu a influência de novos costumes alicerçados na doutrina cristã.

Em 1757, diante da invasão holandesa, os jesuítas foram expulsos e a aldeia que já abrigava cerca de 1429 pessoas foi elevada a condição de Vila. No dia 3 de maio de 1760 a vila passa a se chamar Vila Nova de Extremoz do Norte. Segundo o historiador Câmara Cascudo, Extremoz foi a primeira Vila da Capitania do Rio Grande do Norte. Nessa época a vila era importante centro econômico da região com a criação de gado, antes da chegada do cultivo da cana-de-açúcar. Nessa época, os moradores preservam na memória coletiva lendas como a da cobra, a do carro caído, e a do tesouro enterrado nos alicerces da igreja. Diz a lenda que a população na tentativa de encontrá-lo, destruiu a igreja na qual hoje só se vê ruínas. Entretanto em 18 de

Agosto de 1885 a Lei Provincial n.º 321 incorporou a Vila de Nova Extremoz ao povoado de Boca da Mata, que recebeu a denominação de Vila de Ceará Mirim. Apenas em 4 de abril de 1963 Extremoz recuperou sua autonomia, tornando-se Município do Rio Grande do Norte.

A região destaca-se por ter imensas dunas e por uma lagoa de águas doces, com forte atrativo para o turismo. A região conta com uma boa infra-estrutura de hotéis, pousadas, restaurantes, barracas de praia, passeios de "buggies", jangadas e dromedários. As dunas de Genipabu são móveis. A ação do vento, muito intensa no litoral do Rio Grande do Norte, move a areia de um ponto a outro, o que torna a paisagem sempre uma novidade, mas oferece algum risco ao trânsito daqueles que não conhecem bem a região.

É praticado nas dunas ao redor da lagoa o chamado "esquibunda": os interessados descem as dunas sentados em cima de pranchas de madeira, até mergulhar nas águas da lagoa. Genipabu é famosa internacionalmente por sua beleza e exuberância naturais e pelos passeios de bugue e de dromedários. As águas da praia de Genipabu são mornas, calmas e limpiíssimas, proporcionando um excelente banho de mar. Pode-se também passear de jangada e de jet-ski. De bugue pode-se também conhecer a lagoa, com atrações como banho em água doce, pedalinhas, caiaques, o "esquibunda" e o "aerobunda".

3 TURISMO

O turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, apesar de que esta última pode ser a razão de tal movimento, o turismo transcende as esferas das meras relações da balança comercial. O conceito de Turismo, segundo o dicionário Michaelis é: "Viagens realizadas, por prazer, a lugares que despertam interesse", já o dicionário Aurélio conceitua o verbete como: "Viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse. 2. O movimento de turistas", finalmente o dicionário Michaelis conceitua o Turismo como: "Gosto das viagens. 2. Viagens realizadas, por prazer, a lugares que despertam interesse". Para a OMT (Organização Mundial do Turismo) este conceito pode ser definido como o seguinte: "Turismo é o conjunto de actividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanência em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros".

O turismo é uma parte da economia que muito vem crescendo em todo o mundo. Pessoas são atraídas pelas belezas locais, sejam elas naturais ou construídas pelo próprio homem. Essa atividade tem contribuído para a transformação de diversos espaços, e não apenas no âmbito físico, mas também na sociedade local. Segundo BUADES (2006) o turismo tornou-se comum à vida das pessoas e está em permanente expansão por ser um meio rápido e sutil de entrada do estilo de vida consumista para sociedades mais afastadas dos grandes centros de decisão imperialistas do mundo e hoje vivemos um processo de colonização turística do planeta.

O Turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce no Brasil (dentre as espécies, significativamente, o Ecoturismo) e no mundo, movimentando, direta ou indiretamente mais de US\$ 3,5 trilhões (2001). É o meio lícito que mais movimenta dinheiro, atrás somente do narcotráfico e da indústria bélica (meios ilícitos). Tal ramo é de fundamental importância para o profissionalismo do setor turístico e necessário para a economia do Brasil, país com excelente potencial turístico.

Além disso o turismo é responsável pela produção e/ou reprodução do espaço. Ensaio realizado por BECKER em 1996 problematiza essa necessidade afirmando que o turismo atualmente vem sendo espacializado a partir de dois padrões de desenvolvimento: o padrão desenvolvimentista no sentido de desenvolvimento a qualquer preço, rápido, desenfreado, e há também uma tentativa de se ordenar, regular e disciplinar o uso do território. Daí a importância de se ter políticas voltadas para estes assuntos que muda toda uma ordem espacial.

3.1 Políticas Públicas

A política de turismo é algo que vem ganhando seu espaço paulatinamente no âmbito do planejamento e gestão públicas, mas devido as mudanças que a atividade turística pode causar no espaço, há a necessidade de se ter e se criar políticas que rezem sobre tal atividade. Ainda colaborando para o nosso entendimento sobre essa categoria de análise, MORAES (2005) nos contempla afirmando que o grande agente na produção do espaço é o Estado através de suas políticas e concessões territoriais, pois é o mesmo quem dota o território de grandes equipamentos e infra-estruturas, e por sua vez sendo um dos principais responsáveis e indutores nos projetos de ocupação do território. É nesse momento em que as discussões de turismo, políticas públicas e território se intersectam a partir do momento em que trazemos a responsabilidade do Estado para com o turismo, atividade que demanda e traça novos territórios.

Historicamente as políticas de turismo no Brasil sempre se encontraram às margens das políticas públicas apesar do seu reconhecimento como um segmento gerador de emprego e renda. Segundo BECKER (2008) no que tange ao planejamento turístico no país, foi em 1958 no período de Juscelino Kubitschek que, através de projetos de integração nacional junto ao mercado de automotivos e construção de estradas, surgiu uma política para formação de uma classe média proprietária de carros particulares de passeio, que viabilizou uma ampliação da circulação mercantil, passando a desenvolver os mercados turísticos brasileiros.

Porém foi o ano de 1966 o grande marco para o turismo no Brasil com a criação da EMBRATUR, uma autoridade nacional com o objetivo de propagação e expansão comercial do turismo. Segundo BONALD (1978), neste período o turismo ainda era visto como um mero componente das políticas de desenvolvimento regional e a partir dessa compreensão foi inserido no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, já na década de 1970) como uma nova 'indústria' a ser fomentada. Conseqüentemente a esses programas, planos específicos de gestão territorial do turismo foram elaborados tais como: o Planejamento Turístico da Orla Marítima da Bahia, o Programa de Promoção e Turismo no Ceará, o Plano de Turismo de João Pessoa e o I Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico de Pernambuco. E fazendo uma sucinta análise desses planos, é válido destacar (a partir dessa década 1970) a preocupação com o uso do solo pela atividade turística e de necessidade de ordenação para atividade. Depois foram surgindo outras políticas como a PLANTUR (Plano Nacional de Turismo) em 1992.

Na primeira gestão de Lula (2003-2006) o turismo ganha um Ministério, o MTur criado em 2003 trazendo importâncias significativas para o planejamento da atividade num contexto nacional. Sem dúvidas, a complexidade da atividade merece prerrogativas políticas que tenham a competência de articular juntamente com outros ministérios, tais como os dos Transportes, da Defesa, da Integração Nacional, do Meio Ambiente, as ações para suas propostas. Logo, no que concerne ao planejamento e gestão da atividade, o turismo teve avanços significativos com a publicação do PNT "PLANO NACIONAL DO TURISMO: diretrizes, metas e programas 2003/2007" e com o PNT "PLANO NACIONAL DO TURISMO 2007/2010: uma viagem de inclusão", produtos da Política Nacional do Turismo implementada pelo referido governo.

O atual PNT para a segunda gestão de Lula (2007/2010) é um instrumento fundamental para a compreensão das ações atuais de turismo que estão sendo engendradas no território. O plano é tributário do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e é embasado num cunho estratégico, estruturando-se da seguinte forma: um diagnóstico do turismo atual no país; a apresentação da sua proposta descentralizadora de gestão do turismo; estabelecimento das metas para o turismo 2007/2010 e a apresentação dos Macroprogramas e seus respectivos programas de governo, de acordo com a secretaria ministerial que pertencem.

3.2 Turismo em Genipabu

As praias mais exploradas do estado do Rio Grande do Norte estão localizadas na região sul, que hoje em dia encontra-se saturadas devido ao número muito grande de turistas e a quase total ocupação de suas áreas. Apenas recentemente o litoral norte do estado começa a ser visto como um local em potencial para a exploração do turismo, principalmente porque são praias quase desertas, com poucas casas, sendo a maior parte de segunda moradia. Na praia de Genipabu esse turismo encontra-se em constante crescimento devido as suas belas praias, dunas em constante movimento, lagoa e dromedários, além dos bugueiros que proporciona um lindo passeio pelas dunas do local.

Algumas melhorias na infra-estrutura já foram feitas para se melhorar o fluxo do turismo no litoral norte como, por exemplo, a construção da ponte Nilton Navarro, além disso existem propostas de melhorias, como

em Genipabu, onde pretende-se construir um calçadão a beira mar, construir uma praça e uma galeria onde abrigará lojas de artesanatos, produtos locais, bares e restaurantes.

O turismo em Genipabu caracteriza-se por moradias de segunda residência, hotéis, restaurantes e serviços de lazer voltado para os turistas como os passeios de Buggy, de dromedários nas dunas, esquiundas e outros. Em virtude desse crescimento do turismo e de propostas de melhorias na infra-estrutura, é possível notar a crescente procura por casas e terrenos na praia de Genipabu, bem como a elevação de seus preços. Várias casas e terrenos têm sido comprados por grupos imobiliários, a maioria deles composto por estrangeiros que geralmente adquirem esses terrenos esperando a chegada dessa infra-estrutura para finalmente construir e vender a um preço bem mais alto, tão alto que apenas os estrangeiros ou a população mais abastada poderiam comprar. Esses grupos já investiram cerca de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) apenas nessa praia.

4 APA EM GENIPABU

No Brasil, a lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, conhecida como “SNUC” estabelece critérios e normas para criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação. A Área de Proteção Ambiental (APA) compõe o grupo das Unidades de Uso Sustentável conforme o SNUC. No Rio Grande do Norte foi criada através de um decreto Estadual nº. 12,620 de 17 de maio de 1995, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Genipabu. Segundo Oliveira (2007) A APA de Genipabu está localizada nos municípios de Natal e Extremoz (35° 12' 56"W e 05° 40' 40"S), litoral norte do Estado do Rio Grande do Norte, com uma superfície total de 1.881ha.

Este é um das principais discussões sobre esta área uma vez que com o aumento do turismo e da expansão urbana nesta área interfere diretamente nesta Unidade de Conservação. Em um estudo realizado nesta área mostra que 18,75 hectares da APA de Genipabu foram desmatados nos últimos anos. No entanto, segundo os dados do IBAMA, nenhuma autorização de desmate foi concedida naquela Unidade de Conservação desde 2002. Logo, trata-se de ações de desmate ilegal dentro de uma área que visa à conservação e preservação dos recursos naturais. Esse ato, além da ilegalidade, contribui positivamente para o acúmulo de dióxido de carbono na atmosfera, ou seja, contribui com o principal gás causador do efeito estufa. Além disso, segundo o SNUC (Art. 23), é proibido o uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats (OLIVEIRA, 2003).

5 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A questão ambiental é tema que está bastante em foco nos dias atuais e que cada vez mais está se agravando devido ao modo de vida que levamos e a ambição dos homens do lucro pelo lucro. Muitos são os problemas que a região do litoral vem passando devido ao acelerado ritmo do crescimento do turismo e dos investimentos imobiliários. Na praia de Genipabu não é diferente, esta é uma área de grande potencial turístico e que encontra-se crescendo num ritmo muito acelerado, além dos altos investimentos por agentes imobiliários nesta área.

Devido a essa praia se localizar em uma Área de Proteção Ambiental estes impactos ao meio ambiente só tendem a se agravar. As pessoas começam a ocupar áreas indevidas, desmatar espaços, além do problema da alta estação, quando se tem um maior número de turistas e veranistas neste local, proporcionando assim um aumento do lixo, dos dejetos, aliado a falta de saneamento básico, rede de esgoto, coleta de lixo regular e outros meios que não tem neste local ou são restrito a áreas pequenas deste local.

CONCLUSÃO

Em razão desses processos expostos acima, fica clara as mudanças que ocorreram, estão ocorrendo e principalmente irão ocorrer nesse espaço que se pretende estudar. Além dos impactos ambientais que toda

essa proposta de infra-estrutura pode causar ao local, já que a praia de Genipabu esta inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA), ou seja, unidade de conservação e de uso sustentável, existe também os impactos que possivelmente ocorrerão se houver um crescimento desordenado nesse local, como por exemplo a falta de saneamento básico, a poluição da praia e outros, além da questão social com as transformações na vida das pessoas que aí habitam.

Conclui-se com isso a necessidade de se criar políticas públicas que visem regulamentar esse crescimento urbano e crescimento do turismo, que rezem a preservação das APAs, Unidades de Conservação de grande importância para o meio ambiente, e por último é necessário um planejamento voltado para as questões de “infra-estrutura urbana” como o saneamento da área, tratamento de esgotos, coleta de lixo regular e outros.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, Marília G. R. Teoria Geral do Turismo. In: ANSARAH, Marília G. R.

(Org.) Turismo: como aprender, como ensinar. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Campinas/ SP: Papyrus, 1995.

BECKER, Bertha. EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência mundial na economia mundo. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BECKER, Bertha. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=3>> Acesso em 05.11.2008.

BECKER, Bertha. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo. CARLOS, Ana Fani A. CRUZ, Rita de Cássia A. In: Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BERTONE, Leonor F. MELLO, Neli A. de. Perspectivas do Ordenamento Territorial do Brasil: dever constitucional ou apropriação política? In: STEINBERGER, M. (Org.) Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE, 2006. v. 1. 406 p.

BRASIL MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br>> Acesso em 20.10.2007.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acessado em 08.09.2008.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional do Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2006.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003/2007. Brasília, 2003.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, Diretrizes Políticas, 2004..

CORIOLOANO, L.N. Do Local ao Global: o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papyrus, 1998.

DE LA TORRE, Oscar Padilla. El Turismo: fenômeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

MAIA, L. F. S. Políticas Públicas e Identidade Cultural: um binômio significativo na construção de uma intervenção no turismo local. In: BARBOSA, Andréia D. BRITO, Bonaldo C. *et al* (Org.) Turismo: cultura, lazer e possibilidades de intervenção. Natal/RN: Gráfica do Banco do Nordeste, 2004.

MORAES, Antonio Carlos R. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, E. S.; Tôrres, D. F.; Alves, R. R. N.; Análise dos problemas ambientais na APA de Jenipabu por meio de imagens de satélite e abordagens etnoecológicas. Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu-MG, 2007.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DAS DUNAS – PDITS Costa das Dunas. Documento disponível na sede do PRODETUR em Natal/ RN, 2008.

SANCHEZ, JoanEugeni. Geografia Política. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE – SETUR <<http://www.brasilnatal.com.br/>> Acesso em 20.01.2008.